



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 9, v. I | maio.-out. 2018
p. 105-121.

A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola?

Ana Letícia Bonfanti¹

Aguinaldo Rodrigues Gomes²

RESUMO: Os grupos que se intitulam contra a “ideologia de gênero” têm como *slogan* principal a proteção das crianças e das famílias. O que pretendemos é problematizar e desconstruir a ideia de que esse discurso conservador protege as crianças. Para isso, trazemos a discussão da violência sexual infantil, uma manifestação da violência de gênero, alicerçada na desigualdade de gênero. Ao evidenciar que essa violência tem ocorrido nas famílias, defendemos o posicionamento que somente através da discussão de gênero e de suas hierarquias que poderemos desnaturalizar as opressões que as diversas instituições patriarcais buscam perpetuar.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; ideologia; violência sexual.

Abstract: Groups that call themselves against “gender ideology” have as their motto the protection of children and families. What we want is to problematize and deconstruct the idea that this conservative discourse protects children. For this, we bring the discussion of child sexual violence, a manifestation of gender violence, based on gender inequality. By pointing out that this violence has occurred in families, we defend the position that only through the discussion of gender and its hierarchies we can denaturalize the oppressions that the various patriarchal institutions seek to perpetuate.

Keywords: gender; ideology; sexual violence.

Resumén: Los grupos que se titulan contra la "ideología de género" tienen como lema principal la protección de los niños y las familias. Lo que pretendemos es problematizar y deconstruir la idea de que ese discurso conservador protege a los niños. Para ello, traemos la discusión de la violencia sexual infantil, una manifestación de la violencia de género, basada en la desigualdad de género. Al evidenciar que esa violencia ha ocurrido en las familias, defendemos el posicionamiento que sólo a través de la discusión de género y de sus jerarquías que podremos desnaturalizar las opresiones que las diversas instituciones patriarcales buscan perpetuar.

Palabras clave: género; ideología; violencia sexual.

¹ Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é Psicóloga da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, Criança, Adolescente e Idoso de Rondonópolis - MT. Pós-graduada em Psicanálise pela Universidade de Cuiabá e mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: analeticiabonfanti@hotmail.com

² Possui graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia, mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto do Departamento de História CPAQ/UFMS e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEU/UFMT). E-mail: aguinaldorod@gmail.com

Recebido em 28/02/18

Aceito em 27/03/18

1. Precisamos falar sobre gênero!

Em todo o Brasil, temos vivenciado um levante de grupos conservadores ligados a instituições religiosas, ao Movimento Escola Sem Partido³ e a alguns movimentos políticos da direita que se intitulam contra a “ideologia de gênero”. Dentre suas reivindicações estão a defesa da retirada das palavras gênero e orientação sexual dos planos municipais, estaduais e nacional de educação. Esse movimento afirma que os teóricos de gênero querem instaurar uma “doutrinação de gênero” nas escolas, o que colocaria, supostamente, as crianças em risco.

É importante ressaltar que esses movimentos no Brasil são extensão de um movimento internacional contra os avanços dos estudos de gênero e as conquistas dos direitos das mulheres e da população LGBTT. Na Europa, esses movimentos foram fomentados pela Igreja Católica (CORNEJO-VALLE e PICHARDO, 2017). Os mesmos autores afirmam que a Espanha foi um dos países pioneiros em relação aos movimentos conservadores contra os avanços das políticas de igualdades de gênero, sendo um laboratório para o movimento que se espalhou por toda Europa e América. Eles afirmam que o discurso da Igreja Católica é a fonte originária do pânico moral que se estabeleceu em relação aos direitos sexuais das mulheres e da população LGBTT. Eles localizam o dicionário doutrinal publicado no Conselho Pontifício para a Família, em 2003, o documento em que aparece pela primeira vez a expressão “ideologia de gênero”, que passará a ser o *slogan* principal dos movimentos conservadores.

Importante também compreender que esse movimento se inicia na Espanha justamente por ser esse um dos primeiros países a ter uma legislação que permita os casamentos homoafetivos (CORNEJO-VALLE e PICHARDO, 2017). Com isso, fica evidente que esse movimento se inicia como uma reação às conquistas de direitos das minorias sociais. No Brasil, temos ainda uma particularidade, pois, além da Igreja Católica, há uma frente parlamentar neopentecostal (a conhecida “bancada evangélica”) que está à frente desses movimentos. Nesse sentido, Miguel

³ Segundo Freitas e Baldan (2017), o Movimento Escola sem Partido se inicia em 2004. É o Movimento Escola sem Partido que embasa o projeto de lei 867/2015 que tramita na Câmara dos Deputados e o projeto de lei 193/2016 que tramita no Senado Federal. Ambos pretendem alterar as Diretrizes e Bases da Educação. As análises realizadas pelos autores confirmam que o Movimento Escola sem Partido está entrelaçado com um posicionamento neoliberal e conservador. A cruzada contra a equivocadamente nomeada “ideologia de gênero” passa a ser uma das agendas defendidas pelo Movimento Escola sem Partido. Dresch (2017) afirma ainda que o Movimento ganhou maior notoriedade ao ser acolhido por partidos políticos conservadores, tais como o PSC (Partido Social Cristão). Coadunando com essa afirmação, Miguel (2016) salienta que o Movimento Escola sem Partido passa a ter maior visibilidade pública quando incorpora o combate a chamada “ideologia de gênero” em sua agenda conservadora.



(2016, p. 592) afirma que “os discursos reacionários provêm, no caso brasileiro, de uma conjugação heteróclita entre o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo”.

Esses discursos têm como *slogan* principal a proteção das crianças e das famílias. Afirmam que a discussão de gênero representa uma ameaça à infância e a sua família. Além disso, reafirmam a existência de uma família natural e divina que seria a família formada por um casal heterossexual e seus filhos. Assim, nomeiam como única possibilidade de sexualidade e existência, a heterossexualidade. Mais do que norma, a heterossexualidade é difundida como a sexualidade legítima e natural.

Na “contramão” do que esse grupo conservador propõe, o que pretendemos neste texto é problematizar e desconstruir a ideia de que esse discurso contra a “ideologia de gênero” tem como objetivo proteger as crianças. Demonstraremos que não permitir que se reivindique igualdade de gênero é o que se coloca como um risco para as crianças e para todos os cidadãos. Para iniciar a discussão, falaremos sobre o tão perseguido e temido termo “gênero”.

Gênero é um conceito que, segundo Saffioti (2015), surge com o estudioso Robert Stoller, em 1968. Contudo, é a partir do artigo de Gayle Rubin, em 1975, que os estudos de gênero começam a se multiplicar. Esses estudos, em um primeiro momento, questionaram a natureza do sexo como destino, ou seja, propõem que ser mulher e ser homem, para além de um destino biológico ou natural, é uma construção social. Louro (2000), nesse sentido, afirma que, gênero é

[...] construção social feita sobre diferenças sexuais. Gênero refere-se, portanto, ao modo como as chamadas “diferenças sexuais” são representadas ou valorizadas, refere-se àquilo que se diz ou se pensa sobre tais diferenças, no âmbito de uma dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto (LOURO, 2000, p. 26, grifo da autora).

Compreender que as diferenças sexuais não são naturalmente postas e que são construídas socialmente é assumir a influência da organização da sociedade em uma imposição sobre o que é ser homem, o que é ser mulher, o que é ser menino e o que é ser menina em cada sociedade.

Joan Scott (1995) conceitua gênero como uma categoria importante e primordial na análise histórica da sociedade ocidental. Ela demonstra que o gênero, para além de ser uma construção social em relação a um corpo sexuado, é uma das formas de como se dá a estruturação social, política e econômica da nossa sociedade. Ela afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária



de dar significado às relações de poder” (1995, p. 86). Se o gênero é uma forma de significar relações de poder, problematizar as hierarquias de gênero que produz desigualdades entre homens e mulheres, meninos e meninas é, para essa autora, também questionar toda uma ordem vigente e o funcionamento hegemônico de suas redes de poder em uma sociedade.

Pensando nas hierarquias de gênero, a subalternização das mulheres também ocorre através de opressões em relação ao acesso e permanência ao mercado de trabalho. Em uma sociedade capitalista como a nossa, as desigualdades de gênero são fortemente percebidas também nas relações de trabalho, assim “a divisão sexual do trabalho é um fator relevante na produção de desigualdades” (BIROLI, 2014, p. 49).

A divisão sexual do trabalho é verificada em várias situações, por exemplo, na ideia de que há profissões que só podem ser assumidas por homens, ou ainda quando, mesmo ocupando os mesmos cargos, as mulheres são remuneradas de forma inferior aos homens. Os cargos de maiores prestígios historicamente são ocupados por homens. Ainda que tenham ocorrido algumas conquistas femininas em relação ao trabalho, essa é uma desigualdade que persiste. Saffioti (1976) afirma que a maternidade e a presença de filhos pequenos ainda são justificativas utilizadas para explicar o porquê de as mulheres serem empregadas em escalões mais baixos ou mesmo serem remuneradas de forma inferior aos homens.

A ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção (SAFFIOTI, 1976, p. 57).

Ou seja, essa mesma sociedade que afirma e reafirma que a biologia da mulher é um imperativo e destino, imprimindo nela uma “vocação” à maternidade e à vida doméstica, é a mesma que a remunera mal usando a mesma biologia como justificativa. O tempo despendido pelas mulheres com os trabalhos domésticos e cuidados com os filhos, trabalhos domésticos que não são remunerados, contribui com as dificuldades de acesso a melhores posições no trabalho com maior prestígio e vencimentos. Por outro lado, é esse mesmo trabalho feminino doméstico que possibilita que os homens tenham tempo livre para cumprir as exigências necessárias para construção de uma carreira sólida (BIROLI, 2014).

Assim, mais do que o conceito de que o feminino e masculino são construções sociais, definição inicial sobre gênero, é preciso compreender que ser mulher e ser homem na sociedade



ocidental parte de posições, lugares, comportamentos esperados e é marcado por uma opressão do feminino, que coloca as mulheres em condição de subalternidade. Ao afirmar que o gênero é uma construção social, retira-se, então, a imutabilidade dos papéis de gênero performados por homens e mulheres e se reafirma a possibilidade de transformação de hierarquias.

Desde a primeira infância, estamos dizendo a meninas e meninos o que é ser homem e o que é ser mulher. “Sente-se com a perna fechada”, “menino não brinca de boneca”, “segura suas cabras, que meu bode está solto”, “rosa não é cor de meninos”, “jogar futebol é coisa de menino”, “meninas não devem usar saias em parquinhos porque podem haver agressores sexuais por perto”, “mulher tem que saber cozinhar”, “olha o tamanho da saia que ela estava”, “menino que chora é mariquinha”. Esses exemplos cotidianos enquadram as pessoas em binarismos como forma de existir e reafirmam que o mundo público pertence aos homens e o mundo privado está destinado às mulheres.

Além disso, esses exemplos nos remetem a uma ideia essencialista do que é ser homem e ser mulher, como se o corpo sexuado definisse o destino de cada um. Assim, Saffioti (2017, p. 385) afirma que “embora se pensasse superada, a fase histórica de a biologia é o destino, que surgiu na década de 1980, continua grassando atualmente um retorno assustador a posições essencialistas”. Ela afirma que as diferenças não são naturais e muito menos divinas, as diferenças são, sim, sociais. Ou seja, as diferenças são produzidas e reproduzidas socialmente.

Nesse discurso de naturalização das diferenças, levantado pelos grupos conservadores, essas são transformadas em desigualdades, em hierarquias de poder e de existência. E para manter as desigualdades de gênero e um poder dominante do homem branco, heterossexual, rico, sobre todos as outras e os outros, é preciso reafirmar que as diferenças entre homens e mulheres são naturais, advêm de sua diferença sexual e genital. Ao problematizar essa hierarquia de poder, ao afirmar primordialmente que gênero é uma construção social, toda uma hegemonia dominante pode de fato ruir. Nesse mesmo texto, Saffioti afirma, ainda, que é esse processo de naturalização das diferenças que deve ser chamado de “ideologia de gênero”. Ela defende que “a ideologia de gênero procede através da naturalização das diferenças (...). No contexto do pensamento ideológico, a apresentação das diferenças como naturais constitui uma necessidade” (SAFFIOTI, 2017, p. 390).

Podemos pensar que a naturalização das diferenças produz a eficiência política de sua discriminação. Se ideólogos de gênero são, então, a partir dessa contribuição, aqueles que promovem a defesa da naturalização das diferenças como algo posto e incontestável, podemos concluir que são esses grupos reacionários, que se denominam contra a “ideologia de gênero”, quem



de fato a promovem, ao afirmar e reafirmar a natureza/sexo biológico como originária das diferenças entre homens e mulheres. Para pensar essa questão, trazemos as contribuições de Foucault sobre a história da sexualidade na sociedade ocidental. Foucault (1988) afirma que, na modernidade, passou-se a vigiar e gerenciar a sexualidade, em especial, a das crianças. Podemos pensar que uma das formas de gerenciar essa sexualidade é o silenciamento do termo gênero nos planos de educação. Há discursos inflamados, tais como: “precisamos proteger nossas crianças”; “gênero e sexualidade não podem fazer parte da escola”. Porém, como nos afirma Foucault, a escola fala o tempo todo de sexualidade e de gênero.

Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente de sexo (...). O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças (1988, p. 34).

Foucault (1988, p. 78) defende a tese de que “a sociedade que se desenvolveu no século XVIII (...) não reagiu ao sexo com uma recusa em reconhecê-lo. Ao contrário, instaurou todo um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre ele”. Ao produzir discursos verdadeiros sobre o sexo, esse passa a levantar suspeitas e constitui-se uma ameaça.

Dessa forma, todo o discurso que esteja fora da heteronormatividade e da norma cisgênera (“discursos verdadeiros” sobre o sexo) emerge como uma não-verdade e uma possível ameaça à sociedade. Produz-se um “monstro” que precisa ser perseguido e aniquilado, o antinatural, o abjeto, o anormal, o não-divino. A ideia de um “discurso verdadeiro” sobre sexo é usada, neste momento, por esses grupos conservadores e reacionários, que preveem a heteronormatividade como única possibilidade de existência social, sexual e política.

Silva (2003) afirmará que a produção da diferença e dos diferentes está intrinsecamente relacionada com as relações de poder. A separação entre “nós e eles” e entre os que são normais e os anormais são exemplos dessas marcas de poder. Assim, ele conceitua o processo de normalização a qual estamos submetidos:

a normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as



outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. (SILVA, 2003, p. 83, grifo do autor).

É porque esse espectro de indiferenciação ronda o assunto que, já de saída, marcamos a distinção que o efeito-amálgama impede não apenas de perceber, mas principalmente de pensar. Diante da histeria securitária dos dias que correm, a ideia de mexer nesse clima não pode escapar ao signo da suspeita – glória da besteira, diria Deleuze – ou à desqualificação sob a forma estereotipada do delírio, da fantasia, da utopia. Longe de sucumbir ao impasse, é dele mesmo que extraímos a graça e o charme dessa climatologia passional, delirante, fantástica, novelesca, utópica. Nem tudo nesse deserto é frio, surdez e solidão. Mesmo diante de sua inclemência, há sempre a *faible force* do humor a alucinar miragens de clima atraente, convidando a fugir de casa as criancinhas.

A propensão a codificar toda uma multiplicidade de *tensões desejanτες* entre adultos e crianças sob o terror do trauma e da potencial agressão é um dos muitos obstáculos do presente a qualquer tentativa de conceber a infância para além da família, da escola e da própria criança como sujeito empírico de uma vitimologia insaciável. É que não se acaba nunca de ser assediado pelo que chamaremos aqui, com alguma extravagância, de *efeito-amálgama*⁴, para lembrar o que já foi dito por Schérer quanto ao automatismo da mescla pedofilia-abuso-violência-doença-crime. As razões para isso não são poucas...

gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2017, p. 43, grifos da autora).

O que Butler postula é de fato uma transformação social, pois questionar a rigidez da heterossexualidade compulsória e do seu conseqüente binarismo é a possibilidade de construirmos outras significações para as relações de poder e de hierarquias, em que, na sociedade ocidental heteronormativa, a mulher, em geral, está em situação subalternizada pela lógica patriarcal. Parece

⁴ “Os analistas franceses da vertente socioanalítica preferem os efeitos às leis. Mediante tal privilégio, fazem decidida opção antipositivista: ao contrário da lei científica, em que o *ver* faculta o *prever* – preceito sintetizável pela fórmula “assim tem sido, assim será” –, o efeito está invariavelmente ligado à preservação, deliberada ou involuntária, de determinadas condições (institucionais)... de efetuação! Efeitos são contingências repetidas, não legalidades universais às quais estejamos, sem escapatória, submetidos ou sujeitados” (RODRIGUES, 2002, p. 11, grifos da autora).



ser em nome da manutenção desse poder, desse *status quo*, que as discussões de gênero têm provocado tanto alarme.

Com Scott (1995, p. 92), reafirmamos que

para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema.

Em sua obra, Katz (1996) afirma que não apenas a heteronormatividade é fruto de uma construção social, mas que a própria heterossexualidade “não foi apenas imposta, mas foi inventada” (KATZ, 1996, p. 23). Ele afirma que a heterossexualidade não é fruto de um determinismo biológico, mas sim uma construção histórica dos sexos e de seus prazeres. Ao afirmar que a heterossexualidade é uma invenção, evidencia que, assim como foi forjada e construída, outros sistemas de se relacionar, desejar e sentir prazer são possíveis de serem construídos. O mesmo autor afirma que algumas teóricas feministas perceberam na heterossexualidade um dos sistemas que contribuíram para a opressão contra as mulheres.

A heterossexualidade não é apenas relacionada com a fecundação, mas também com a ideologia dominante que define as mulheres como apêndices dos homens. Não é a reprodução em si que determina a organização social que coloca os homens acima das mulheres. A ideologia da heterossexualidade é que faz isso, não o simples ato sexual (MYRON e BUNCH, 1972, p. 58 apud KATZ, 1996, p. 151).

Quem questiona essa lógica heteronormativa excludente, patriarcal e sexista representa perigo? Quem afirma que as opressões sofridas pelas mulheres foram e são socialmente construídas e não biologicamente instituídas causa pânico? Qual o verdadeiro interesse por trás do silenciamento das questões de gênero, que, automaticamente, é também o silenciamento dos enfrentamentos às violências contra mulher, aos homicídios contra a população LGBTT e aos abusos sexuais contra crianças e adolescentes?

O que nos parece é que problematizar as hierarquias/desigualdades/violências de gênero representa um risco direto ao modelo nomeado como família tradicional, que é patriarcal (e, inclusive, violento), e que subalterniza mulheres e crianças em favor da hegemonia do patriarca. Ao que parece, decorre daí a necessidade de associar certa malignidade ao gênero feminino e submissão aos corpos



infantis, inserindo-os no dispositivo de poder que os discrimina a partir de uma lógica heteronormativa, adulta, fálica e cisgênera.

Para além disso, os ataques à “ideologia de gênero” estão diretamente relacionados com o impedimento de superação das desigualdades sociais e políticas. Miguel (2016) evidencia o entrelaçamento entre o anticomunismo, o fundamentalismo religioso e o ultra liberalismo nos discursos reacionários contra a suposta “ideologia de gênero”. Ele afirma que, para esses grupos conservadores, como o Movimento Escola sem Partido, “a dissolução da moral sexual convencional é um passo da estratégia comunista” (MIGUEL, 2016, p. 601). Assim, a agenda de combate à “ideologia de gênero” funciona também como pano de fundo para a manutenção dos privilégios econômicos, sociais e políticos. Nesse caminho, o mesmo autor afirma que

é aí que o fundamentalismo e o ultraliberalismo se encontram: de diferentes maneiras, ambos veem o Estado como o inimigo a ser combatido. E ele é esse inimigo exatamente porque, nele, vigoram – ainda que de maneira muito insuficiente – regras de igualdade que ameaçam as hierarquias que se reproduzem seja nas relações de mercado, seja na esfera doméstica. O slogan da educação “neutra” esconde a compreensão de que a escola precisa ser neutralizada, para que a autoridade que os pais exercem sobre os filhos possa ser absoluta. O espantinho da doutrinação dos alunos por professores “esquerdistas”, pretexto para a criminalização do pensamento crítico em sala de aula, serve para frustrar o objetivo pedagógico de produzir cidadãos e cidadãs capazes de reflexão independente, respeitosos das diferenças, acostumados ao debate e à dissensão, conscientes de seu papel, individual e coletivo, na reprodução e transformação do mundo social (MIGUEL, 2016, p. 617, grifo do autor).

É em defesa da manutenção de privilégios desses sujeitos do homem branco, capitalista, rico e heterossexual, e de suas famílias, que se erguem esses discursos reacionários.

2. Em defesa da família tradicional (natural, divina e patriarcal)

A família a quem esses grupos querem proteger é a família heterossexual, formada por casal e filhos biológicos. Mais do que se erguer em defesa desta constituição de família, esse grupo a afirma como a única possibilidade de existência, além de ser ela considerada a família natural e a instituída por Deus. Apelar para a defesa da legitimidade apenas das famílias heterossexuais é negar a existência de outras configurações de família.

Uma família em que os papéis sexuais estejam bem delimitados e hierarquizados: em vídeos veiculados por esses grupos nas redes sociais, podemos verificar essa afirmação. Encontramos frases de efeito, como: “querem desconstruir a família tradicional”; “existe uma verdadeira indústria



de gênero organizada para destruir nossas famílias”⁵. O que problematizamos aqui é que, nesses moldes já apresentados, de fato, esse grupo se levanta em defesa da família patriarcal, essa que, historicamente, foi considerada a família tradicional, natural e divina. Castells (1999, p. 169) assim define esse sistema de poder: “o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar”. O autor afirma ainda que, para legitimar o poder do patriarca, é imprescindível que o patriarcado seja estruturante de todas as organizações sociais, ou seja, política, educação, sexualidade, religião, entre outras.

Em uma de suas obras, Saffioti (2015) discute a relação intrínseca entre o patriarcado e a violência de gênero dirigida às mulheres e às crianças. Ela concorda com Castells ao afirmar que o patriarcado é um sistema que não está apenas na família, mas em toda organização social e ainda afirma que esse sistema está baseado no controle e no medo dos outros membros que não seja o patriarca, inclusive das crianças, já que “é desde criança que se experimenta a dominação-exploração do patriarca” (SAFFIOTI, 2015, p. 78).

Nesse caminho, a heterossexualidade compulsória, a cisgeneridade e o patriarcado andam de mãos dadas. Mais do que isso, o patriarcado tem a heterossexualidade compulsória como necessidade para existir (CASTELLS, 1999). E, nesse mesmo sentido, Saffioti (2015) afirma que um dos pilares da manutenção do patriarcado está no controle da sexualidade feminina. Então, parece ser em nome da manutenção da heterossexualidade compulsória, de uma família baseada na dominação, no controle, no medo e no silenciamento da sexualidade feminina que se defende a legitimação única dessa configuração de família.

A família patriarcal tem sofrido, de fato, mudanças, com o advento dos direitos das mulheres e da população LGBTT e dos próprios direitos das crianças e adolescentes. O patriarca já não pode mais usar a todos para manter o seu poder. Porém, é justamente porque essa lógica patriarcal já não funciona sem resistência que os discursos reacionários têm erigido. Castells parecia prever o processo que estamos vivendo neste momento, posto que, ainda em 1999, ele afirmou que:

a própria intensidade das reações em defesa do patriarcalismo, como o observado no movimento religioso fundamentalista cuja força vem crescendo em vários países, é sinal da intensidade dos desafios antipatriarcais. Valores antes considerados eternos, naturais, e até mesmo de inspiração

⁵ Alguns dos vídeos citados: <https://www.youtube.com/watch?v=z79vYMNScZA>; <https://www.youtube.com/watch?v=btJYthgWPZo>.



divina, agora precisam ser defendidos à força nas trincheiras de seu último bastião e perdem legitimidade nas mentes das pessoas (CASTELLS, 1999, p. 278).

Como o próprio autor afirma, se essa forma de organização familiar afundar, tudo mais em nossa sociedade pode ser transformado, inclusive as diferenças de gênero que foram hierarquizadas. Isso representaria um perigo para o poder desse homem. Arriscamos dizer, então, que os discursos contra ideologia de gênero se erguem em defesa do patriarca, da manutenção de seu poder sobre os demais e não das crianças e das famílias. A não ser, é claro, em defesa da família patriarcal, assumida como natural e divina e, assim, a única legítima e a que deve existir. O que se pretende é reestabelecer a ordem patriarcal familiar, abalada pelos avanços das conquistas dos movimentos sociais, como o feminismo e os movimentos LGBTQT. É óbvio que,

a luta teórica e prática contra a unidade-por-meio-da-dominância ou contra a unidade-por-meio-da-incorporação implode, ironicamente, não apenas as justificações para o patriarcado, o colonialismo, o humanismo, o positivismo, o essencialismo, o cientificismo e outros “ismos”, mas também todos os apelos em favor de um estado orgânico ou natural (HARAWAY, 2016, p. 51, grifo da autora).

Assim, possivelmente, movimentos sociais em defesa de direitos das mulheres, da população LGBTQT, apresentam de fato um “risco às famílias”, mas um risco às famílias sexistas, patriarcais, violentas, desiguais. A quem interessaria que as famílias se mantenham violentas, patriarcais, desiguais e sexistas? É interessante perceber que nos vídeos, falas e mídias, em geral, são homens impondo sua voz em defesa da manutenção de uma educação sexista e excludente, que naturaliza as relações de desigualdade de gênero.

Outro discurso veiculado pelos sites, redes sociais, jornais, por esse grupo é a ideia de que “pretendem instaurar uma ditadura homossexual no Brasil, contra a família brasileira”. Um equívoco, um boato, uma necessidade de construção da figura de um monstro, para trazer adeptos para o grupo. É preciso reafirmar que ditadura é a concepção totalitária e excludente da heteronormatividade, que dita uma única forma de existência, de afetividade e de sexualidade e de família.

Neste sentido, Gomes (2015) demonstra que, em sistemas ditatoriais, a estratégia dos boatos de cunhos religiosos estava no cerne de perseguições políticas, como a que ocorre com o professor, personagem do estudo deste pesquisador⁶. De novo, vivenciamos um casamento entre um pânico

⁶ Trata-se da tese de Doutorado em Educação, em que ele analisa o inquérito policial militar (IPM) e posterior processo-crime instaurado contra o professor Enio Cabral, em 1964, na cidade de Aquidauana - MS. Gomes (2015) analisa como alguns professores comunistas foram alvo da perseguição militar, entendendo essa perseguição como um conflito entre



moral religioso disseminado por boatos grotescos, como a afirmação de que “pretendem instaurar uma ditadura homossexual no Brasil”⁷, e a elite conservadora, o que promove, assim, numa verdadeira cruzada contra os professores, psicólogos, pais e cidadãos, que lutam por uma sociedade na qual exista respeito pelas diferenças, igualdade de gênero e direitos aos grupos subalternizados.

3. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola?

Um dos vídeos, já mencionados anteriormente, afirma, por exemplo, que a CONAE (Conferência Nacional da Educação) de 2014, ao destacar a frase de que a educação deve promover a igualdade de gênero, pretendia uma ditadura de implantação da “ideologia de gênero”. A promoção da igualdade de gênero é apresentada como uma ameaça às crianças e às famílias e é em nome da proteção delas que se deve evitá-la. A pergunta que está no subtítulo e que norteia todo este ensaio é: “a quem de fato estamos protegendo quando não falamos de gênero e de sexualidade com as crianças?”.

Uma das autoras deste artigo é psicóloga em uma delegacia especializada de defesa das crianças e dos adolescentes e uma de suas funções, enquanto psicóloga, além da escuta das crianças e adolescentes em situação de violência sexual, é realizar um trabalho em rede com demais instituições do município, inclusive as escolas. Algumas vezes, foram realizadas atividades de sensibilização sobre violência sexual cometida contra crianças e adolescentes em instituições públicas de educação. Após esse momento, de problematização, de discussão e de troca de informação e experiência feitas com as crianças e os adolescentes, não raras foram as vezes (ousamos dizer que todas as vezes), que as crianças procuraram a autora ou procuraram os educadores para revelar que elas mesmas ou alguma outra criança conhecida estavam sendo abusadas sexualmente.

Ao oportunizar, na escola, um espaço de diálogo e de ruptura com o pacto do silêncio que se constrói em torno dos abusos sexuais infantis, em geral, abusos (hetero)sexuais infantis, as crianças compreendem que estão sofrendo uma violência, se encorajam em revelar, percebem que existe uma rede de profissionais e instituições que podem ouvi-la e, quem sabe, romper um ciclo de abusos sexuais a que eram submetidas.

duas perspectivas de sociedade, a capitalista e a socialista. Na Ditadura Militar, assim como na conjuntura atual, verificamos os ataques dos grupos conservadores à Educação.

⁷ Discurso recorrente dos defensores da extinção da “ideologia de gênero”.



Periódicus, Salvador, n. 9, v. 1, maio-out. 2018 – Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades

Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA

ISSN: 2358-0844 – Endereço: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>

Ao realizar as palestras nas escolas, pretendia-se promover uma discussão sobre igualdade de gênero, afirmando às crianças pequenas e também aos adolescentes que o corpo feminino, o da mulher, não é posse do homem, seja ele o pai, o marido, o avô ou o irmão. Problematizava-se com as crianças o direito que temos ao nosso corpo, assim, estava-se falando de gênero porque, implicitamente, estávamos revelando a opressão histórica que as mulheres e também as crianças (meninas e meninos) sofrem em uma sociedade patriarcal, sexista e homofóbica. Esses grupos que se nomeiam contra a “ideologia de gênero” querem impedir que trabalhos como esses sejam realizados nas escolas. A pergunta é: por que uma atividade como essa representaria uma ameaça e desproteção às crianças?

Não pretendemos aqui fazer uma longa discussão sobre o que é a violência sexual contra crianças e adolescentes, porém, para pensarmos essa questão específica, é importante compreendermos que, conforme já sinalizado acima, nas famílias tradicionais patriarcais, as crianças também estão sob o domínio do patriarca, sejam eles meninas ou meninos. Seus corpos também são usados, violados, feridos e tratados como abjetos.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma faceta da violência de gênero. Werba e Strey (2001, p. 72) assim conceituam a violência de gênero como um fenômeno que “envolve ações ou circunstâncias que submetem unidirecionalmente, física e/ou emocionalmente, visível e/ou invisivelmente as pessoas em função de seu sexo”. A violência de gênero é a tentativa de manutenção de relações de gênero desiguais, a tentativa de manutenção da supremacia do masculino sobre o feminino, independente de quem sejam os sujeitos envolvidos na situação de violência.

Porém, as meninas têm sido as principais vítimas de violência sexual infanto-juvenil em todo o país. Em recente estudo, o relatório da Fundação Abrinq, *A criança e o adolescente nos ODS – marco zero dos principais indicadores brasileiros*, de 2017, que analisou a incidência da violência sexual contra meninas, chegou às seguintes conclusões: a maior parcela da violência sexual contra crianças e adolescentes é cometida contra meninas e o Mato Grosso é o 5º pior estado no ranking do Brasil, pois 74,2% da violência sexual que ocorre é cometida contra meninas.

Importante, pois, compreender que estamos falando de violências (hetero)sexuais, ou seja, são homens heterossexuais que violam o corpo feminino das meninas. Quem protege essas meninas da violência de seus próprios familiares? Quem problematiza com elas as relações desiguais de gênero que as colocam em situação de subalternidade em diversos marcadores?



Podemos pensar a violência sexual contra crianças e adolescentes a partir de três marcadores: poder econômico, geração, gênero/subalternização do feminino. Na categoria que nomeamos de “poder econômico”, trazemos para discussão a concepção de que um homem provedor financeiramente da casa, ou seja, que está cumprindo seu papel social em uma sociedade capitalista, tem a presunção de poder sobre o corpo da esposa e das crianças e julga ter o direito de usar esses corpos. A construção do papel do homem trabalhador e honesto é encontrada em vários discursos dos agressores sexuais dos processos-crimes analisados na obra de Esteves (1989).

Ao analisar processos-crimes de violências sexuais cometidas contra jovens, a autora conclui que “em síntese, ele era julgado por seu trabalho e ela por seu comportamento sexual” (ESTEVES, 1989, p. 45). Assim, os homens que conseguiam provar que eram trabalhadores, cumpridores das regras morais estabelecidas pela sociedade, teriam mais chance de ser absolvidos dos crimes sexuais dos quais eram acusados. O sistema judiciário legitimava os direitos que os homens, estando eles dentro dos padrões estabelecidos, tinham sobre o corpo feminino. E a autora continua dizendo que, ao mesmo tempo, os juristas também legitimavam quem eram as mulheres e meninas que “mereciam, ou não, sofrer o crime” (ESTEVES, 1989, p. 41). As vítimas dos processos analisados pela autora eram facilmente transformadas em culpadas e seus depoimentos desqualificados. Em relação aos abusos sexuais infantis, a geração é também um marcador essencial para a discussão.

Os abusos sexuais contra crianças e adolescentes ocorrem em uma lógica em que os corpos são abusados porque são de crianças, ou seja, porque há uma relação de poder estabelecida entre adultos e crianças. Assim, temos um adulto abusando dessas meninas, que são levadas a operar pela lógica da submissão. Uma lógica de relação de poder, marcado pelo adultocentrismo.

As relações do adulto agressor com as crianças agredidas são marcadas pelo adultocentrismo, que retira as crianças e os adolescentes de suas condições de sujeito, para colocá-las na posição de objetos, que devem satisfazer as exigências dos pais ou dos adultos responsáveis, ainda que muitas vezes essas exigências sejam superiores às capacidades das crianças ou representem a violação de seus direitos (MOREIRA, 2012, p. 149).

Por último, o que afirmamos é que o gênero é o principal marcador nas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Não raro, encontramos, nas diversas mídias, o uso de justificativas baseadas em “desvios de comportamento” da vítima para justificar ou mesmo legitimar a violência. O que se tem como desvio de comportamento, nesses casos, é aquilo que foge ao modelo feminino construído pelo patriarcado, ou seja, aquilo que foge da menina recatada e do



lar. Nesse sentido, Perrot (2012) afirma que historicamente o corpo das mulheres foi “um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade (PERROT, 2012, p. 76). Em uma sociedade patriarcal, o corpo feminino é tomado como um direito do homem. Pateman (1993) afirma que há, na sociedade, o estabelecimento de um contrato sexual: de um lado estão as mulheres, objetos do contrato, e do outro os homens, que detém o direito sobre elas. Ela conclui que

o pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de “lei do direito sexual masculino”. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (PATEMAN, 1993, p. 17, grifo da autora).

Diante desse cenário, Preciado (2013, p. 97) faz o seguinte questionamento em seu artigo *Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero?* Já sabemos que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma forma de violência de gênero e também que os principais agressores são os parentes próximos e vizinhos. Logo, se gênero não pode ser trazido às discussões com as crianças e adolescentes, se não se pode promover a igualdade de gênero, se não se pode questionar o poder do patriarca e as hierarquias da família tradicional, se não se pode problematizar os papéis sexuais hierarquicamente construídos em nossa sociedade, como será possível promover o enfrentamento das violências sexuais intrafamiliares que as crianças sofrem todos os dias?

As violências contra crianças e adolescentes, em especial as sexuais, têm ocorrido dentro das próprias casas, perpetradas pelos membros de suas próprias famílias. Silenciar as discussões de gênero, então, somente pode beneficiar os agressores sexuais, os pais, padrastos, avôs e tios que tomam o corpo das crianças e das adolescentes como objetos nessa relação de poder⁸.

Nesse sentido, Miguel (2016, p. 607, grifos do autor) afirma que,

⁸ Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos do Brasil, o Disque 100 recebeu, nos anos de 2015 e 2016, 37 mil denúncias de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes. No ano de 2016, foram 17.500 casos, sendo que a maior parte (72%) das denúncias era referente aos crimes de abuso sexual (72%) e 20% das denúncias eram referentes aos crimes de exploração sexual. Cerca de 67,7% das crianças e adolescentes que sofrem abuso exploração sexual são meninas. Os meninos representam 16,52% das vítimas e em 15,79% das denúncias, o sexo da vítima não foi informado. No ano de 2014, em 65% dos casos, a violência sexual foi praticada por alguém do grupo familiar e em 72% das vezes, o abuso ocorreu na casa da vítima ou do agressor. Esses dados estatísticos são provenientes do Portal Brasil (www.brasil.gov.br). É importante salientar que esses dados são resultados de apenas uma via de denuncia que é o Disque Direitos Humanos (Disque 100), sendo assim, é possível pensar que esses dados refletem apenas uma parcela dos números de violências sexuais contra crianças e adolescentes que acontecem em todo país.



ao vetar do vocabulário escolar os termos “gênero” e “orientação sexual”, o projeto impede que vastos setores do conhecimento produzido na sociologia e na psicologia cheguem ao ensino. A meta é evitar qualquer questionamento da percepção naturalizada dos papéis sexuais. Com isso, fica impedido o combate de formas recorrentes de violência ocasionada por gênero, dentro e fora da instituição escolar, culminando no feminicídio e no assassinato de gays, lésbicas e travestis. A defesa da instituição familiar, a “base da sociedade”, é um objetivo que parece compensar tais problemas – que ficam completamente invisibilizados.

Reafirmamos, então, que, quando não falamos de gênero e sexualidade na escola com as crianças, não as protegemos, pelo contrário, protegemos seus agressores, protegemos a família violenta. Parece óbvio, a partir do que já foi abordado, que uma sociedade sexista, patriarcal e homofóbica produz violência de gênero, violência essa que atinge todos os dias as crianças e adolescentes do nosso país. Silenciar questões fundamentais para a infância, como essas, somente pode beneficiar o pacto de silêncio tácito dos abusos sexuais infanto-juvenis.

Por fim, deixamos as palavras de Preciado (2013) ao afirmamos com ele sobre do que queremos proteger as crianças.

Nós defendemos o direito das crianças a não serem educadas exclusivamente como força de trabalho e de reprodução. Defendemos o direito das crianças e adolescentes a não serem considerados futuros produtores de esperma e futuros úteros. Defendemos o direito das crianças e dos adolescentes a serem subjetividades políticas que não se reduzem à identidade de gênero, sexo ou raça (PRECIADO, 2013, p. 99).

A naturalização das desigualdades de gênero é o que consiste, de fato, em uma ideologia que oprime e subalterniza as mulheres e as crianças principalmente as meninas. Assim, é urgente que se fale de gênero não apenas nas escolas, mas em todos os lugares, que as vozes das mulheres e das crianças não sejam mais uma vez silenciadas. Somente falando de gênero e sexualidade e de suas produções de subalternidades que poderemos desnaturalizar as opressões que as diversas instituições patriarcais buscam perpetuar. De outra forma, o silenciamento dessas discussões protege apenas os perpetuadores de violência (hetero)sexual contra crianças e adolescentes.

Referências

- BIROLI, Flávia. Justiça e família. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 47-61.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.



- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. La “ideologia de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. *Cadernos Pagu*, v. 50, 2017.
- DRESCH, Jaime Farias. Quem doutrina quem? Os partidos políticos e o discurso da Escola sem Partido como processo formativo. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 14, n. 01, p. 1-19, jan-jun 2017.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FREITAS, Nivaldo Alexandre de; BALDAN, Merilin. Dossiê Escola sem Partido e formação humana. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 14, n. 01, p. 1-8, jan-jun 2017.
- FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES. *A criança e o adolescente nos ODS: marco zero dos principais indicadores brasileiros*. São Paulo, 2017.
- GOMES, Aguinaldo Rodrigues. *Revolução e utopia: embates de um professor comunista em Aquidauana durante a ditadura militar (1964-1985)*. 2015. 305fs. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 34-118.
- KATZ, Jonathan Ned. *A invenção da homossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, gênero e sexualidade*. Lisboa: Porto Editora, 2000.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, 2016.
- MOREIRA, Maria Ignez Costa. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: reflexões à luz das teorias intergeracionais e de gênero. In: ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; MARTINS, Fernanda Flaviana de Souza Martins (orgs). *Violência doméstica: estudos atuais e perspectivas*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2012, p. 147-164.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PRECIADO, Beatriz. Quem defende a criança queer?. *Jangada: crítica, literatura, artes*, Viçosa- MG, n. 1, p. 96-99, jan-jun, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. Conceituando o gênero. In: RODRIGUES, Carla; RAMOS, Tânia; BORGES, Luciana (orgs). *Problemas de gênero*. Coleção Ensaios Brasileiros Contemporâneos. Rio de Janeiro: Funarte, 2017, p. 385-394.
- _____. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- _____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- WERBA, Graziela C.; STREY, Marlene Neves. Longe dos olhos, longe do coração: ainda a invisibilidade da violência contra mulher. In: GROSSI, Patrícia K. (orgs.). *Violência e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2001, p. 71-82.

